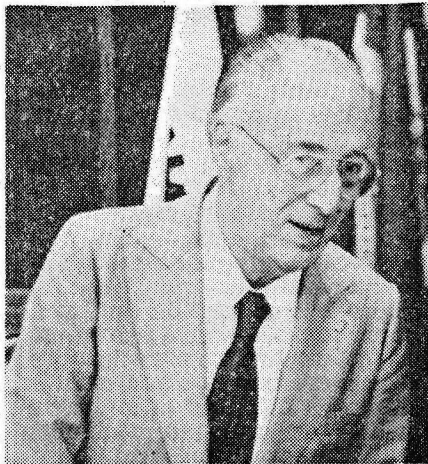


Para Amato, conversão é medida imprescindível

"É chegada a hora da decisão, de uma solução pautada em critérios que levem em consideração nossa realidade econômica, tecnológica e social e que não permitam projetos que desconsidere a real melhoria de nossas condições de vida e progresso. De fundamental importância para o País, a conversão da dívida afigura-se como imprescindível à complementação do capital nacional e à abertura de novos empreendimentos, contribuindo para eliminar um fato inédito na história brasileira, que é a fuga crescente de capitais". A afirmação é do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, ao presidir a abertura do seminário "Conversão da Dívida em Capital de Risco", promovido pela Fiesp e pela Associação dos Exportadores Brasileiros.

Segundo ele, esse tema tem merecido, por parte dos empresários, uma "defesa firme", porque o Brasil é carente de poupança interna e não tem condições de conseguir novos capitais externos, apresentando, no campo dos investimentos e na produção, uma situação de asfixia em que a iniciativa privada é a maior vítima. De acordo com Amato,



Amato pede criatividade

"para esta asfixia contribui a descomunal avalanche de medidas controladoras do poder público, com destaque para o Conselho Interministerial de Preços, que a propósito de coibir abusos, acaba por inibir o lucro". Desta maneira, acrescentou, coloca em risco a própria essência do sistema capitalista.

Em seu discurso, o presidente da

Fiesp afirmou que o desenvolvimento nacional manietado, entre outros fatores pelo endividamento externo, necessita utilizar-se deste mesmo endividamento para desvencilhar-se das amarras e agir com desenvoltura na busca de novas fontes de capitalização. Em sua opinião, sem um gesto de maturidade e criatividade que permita aos credores externos transformar parte de seus créditos em participação acionária, o setor industrial do País poderá encaminhar-se para um processo involutivo. Amato frisou que a gravidade dessa situação traduz-se, numa primeira fase, no sucateamento do parque fabril e, posteriormente, na exclusão do Brasil dos mercados internacionais.

"Uma abertura à participação de capitais externos em empresas brasileiras, seja por meio de aplicações em bolsa ou pela prática do livre mercado, mais do que uma solução soberana em termos macroeconômicos, afigura-se nos como premiação à economia brasileira que, assim, encontrará maiores recursos para os investimentos necessários, sem forçar o País a contrair novas dívidas", afirmou Amato.